

6-1-946

Salários e custo da vida

Se conseguirmos remar contra a maré e reagir contra as idéias feitas poderemos contribuir para um futuro melhor. No último artigo, enunciamos já, com bastante clareza, uma idéia nova em economia — idéia que vem destruir o conceito antiquado, anti-social e anti-humano, do custo da produção. Ali afirmamos a conveniência de o substituir por este outro, já aceite por alguns modernos economistas do «produto nacional». O que interessa, insistimos, é produzir o suficiente para todos, para que todos possam adquirir o bastante.

Com efeito, o grande equívoco da economia tem sido agarrar-se à preocupação de não elevar o custo da produção para não encarecer a vida. E como os salários, nesta teoria, fazem parte integrante desse tal custo da produção, concluíam que a política mais acertada seria a de não elevar os salários para que não aumentasse o custo da vida.

Se desligarmos, porém, os salários do custo da produção, isto é, se não contarmos com eles como parcela dos gastos, mas como parte do lucro, teremos o caminho aberto para rever a política social fixando-nos no problema da divisão ou repartição dos lucros.

Um exemplo prático lançará talvez mais luz sobre o nosso pensamento.

Imaginemos uma empresa industrial qualquer, em que tanto os operários, como empregados e chefes resolviam esperar pelo fecho das contas do fim do ano para receber cada qual a sua remuneração. Não se pagava a nenhum dos homens durante o ano, mas decidia-se repartir os lucros por todos no fim de cada gerência. Como é que esta empresa, contabilizaria as receitas e as despesas?

Como não pagava salários, nem ordenados, estes não figuravam nas despesas, pela simples razão de não existirem. A diferença entre as demais despesas e as receitas totais era o lucro.

A gerência apresentaria então as seguintes contas, na hipótese da venda de toda a produção: matérias primas, transportes, energia, materiais, depreciação de material, renda dos edifícios, juros ao capital, contribuições, etc.,... tanto Produto das vendas... tanto Lucro líquido... tanto.

A remuneração do pessoal não entrava nos gastos gerais, mas encontrava-se então no lucro.

Afinal o que é o salário, senão uma antecipação do pagamento desse lucro anual? Como os operários ou empregados não podem esperar pelo fim do ano por falta de meios de subsistência, val-se-lhe dando, pelo ano adiante, parte dessa renda. O pior é que a entidade patronal, quando começou a ceder neste ponto, exigiu que o operário renunciasse ao que, no final, se verificasse sobrar, no lucro, das antecipações feitas, com o pretexto de que, em contrapartida, pesaria apenas sobre ele o total do prejuízo se viesse a verificar-se. Isto, na prática, deu em resultado renunciar o operário e o empregado à propriedade da empresa, ficando esta apenas na mão do capitalista. E, como consequência, a remuneração dos colaboradores da empresa (operários,

empregados, técnicos, etc.) deixou de ser considerada como lucro da exploração ou como renda do trabalho, para passar a ser um encargo do capitalista. Daí a confusão de passarem os salários a ser considerados como parte integrante do custo da produção, quando este, afinal, só existe sob o ponto de vista individual do capitalista, mas nunca, sob o ponto de vista nacional. Porque, na realidade, a remuneração do trabalho, a parte do Estado e os ganhos do industrial, constituem o rendimento da empresa.

Antes que estas idéias, quanto a nós, as únicas defensáveis, orientem a economia nacional, muito caminho teremos para andar. Mas quando lá chegarmos, o montante do salário deixará de ser regateado, para se cuidar apenas na justa repartição do produto nacional por todos os produtores, em conformidade com a justiça distributiva e com a justiça social.

Bem sabemos que estas idéias não agradam a este ou aquele industrial, que está habituado a reservar apenas para si a parte do leão. Mas se queremos atingir a paz social, a harmonia das classes e perfeita colaboração do trabalho com o capital, não encontraremos outro meio. Até lá, o salário e as condições do trabalho serão sempre o barril de pólvora das relações sociais.

Confirma esta doutrina uma carta interessante que recebemos dum grande industrial do Centro do país, fator de uma das mais progressivas e recentes indústrias nacionais. Diz-nos ele, depois de elogiar estes nossos artigos:

«O bem-estar dos nossos colaboradores — operários e empregados — tem-nos sempre merecido especial cuidado, pois, além do aspecto puramente humanitário que o assunto apresenta, partimos do princípio econômico muito simples de que o rendimento do trabalho é, em grande parte, função directa da remuneração auferida.

«Ora toi-nos dado observar, no decorrer dos anos, que com o melhoramento sucessivo das condições de vida dos operários das nossas fábricas se conseguiu um considerável aumento da sua capacidade de trabalho e do seu rendimento, acompanhados dum melhor estado de saúde, de maior resistência às doenças de melhor espírito de disciplina, de amor ao trabalho e de mais nitida compreensão dos deveres de cada um. Estabeleceu-se, por outro lado, entre a entidade patronal e os operários uma sólida confiança mútua que reputamos preciosa nos tempos que correm, e verificou-se, em resumo, que estão sendo largamente compensados todos os encargos que a nossa Sociedade espontaneamente criou para garantir um relativo bem-estar ao seu pessoal.»

Este depoimento tem valor excepcional por vir donde vem. Pena temos de não poder revelar o nome da empresa que assim vê o problema.

Chamamos, porém, a atenção de quem nos ler para o seu testemunho:

melhor remuneração equivaleu aos seguintes benefícios: aumento da capacidade do trabalho e seu melhor rendimento; melhor espírito de disciplina e maior amor ao trabalho; sólida confiança mútua entre a entidade patronal e os operários — o que tudo se cifra num lucro ainda maior do que antes.

Quantos não poderiam dizer o mesmo, se quisessem fazer a experiência ou se fossem sinceros?

Mas temos ainda mais pano para mangas.

ABEL VARZIM

P. S. — Recebemos também uma carta de um industrial de letras gordas — dos tais que são industriais sem instrução primária sequer, nem educação — curta anônima é claro, a dirigir-nos uma série de insultos e ameaças por causa destes artigos que ele considera «parvos» e coisas pior ainda que não posso, por decência, contar.

Já há muito que sei, por experiência, quanto custa defender os que sofrem e apregoar a justiça. Escusam, portanto, de escrever mais cartas com ameaças ou insultos porque é tempo que perdem. É uma questão de consciência cristã que me faz falar e mais nada.

Medo, não existe, graças a Deus. — A. V.